

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**  
**Requerimento de Audiência Pública nº        de 2007**  
**(Srs. Pepe Vargas, Tarcisio Zimmermann e Carlos Zaratini)**

Requerem a realização de Audiência Pública da Comissão de Finanças Tributação em conjunto com as Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público e Viação e Transportes, para apreciação e esclarecimentos da proposta do Ministério dos Transportes de Concessão de Rodovias Federais à Iniciativa Privada.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública, conjunta com as Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e Viação e Transportes, as representações das entidades e pessoas abaixo listadas, para que possamos compreender a proposta de concessão de trechos de rodovias federais à iniciativa privada, bem como, a repercussão disso junto as comunidades atingidas e usuários das rodovias:

- Ministério dos Transportes
- DNIT
- Sr. Cloraldino Severo - Assessor Técnico de Entidades Sindicais e de Associações de Usuários de Rodovias
- Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado de Santa Catarina - Sr. Pedro Lopes
- ASSURCON - RS \_ Associação dos Usuários das Rodovias Concedidas do Rio Grande do Sul - Sr. Juarez Colombo
- Corede/Vale dos Sinos- Conselho de Desenvolvimento do Vale dos Sinos - Márcio Cauer

**Justificação**

A proposta do Ministério dos Transportes de realizar concessão de trechos de rodovias federais para a iniciativa privada, merece a atenção desta Casa e desta Comissão, que

entre outras atribuições, tem o dever de analisar as licitações e contratos celebrados pelos órgão do poder público. E, evidentemente, merece a atenção também das Comissões de Trabalho e Serviço Público e de Transportes, por isso a proposta de Audiência Pública Conjunta.

De norte a sul de nosso País, seja em rodovias federais ou estaduais, as concessões de trechos rodoviários, é assunto de polêmica permanente. Tem o dever o Poder Legislativo de estar atento e reunir todas as informações e esclarecimentos possíveis sobre a matéria, na medida em que, certamente, uma audiência pública poderá nos ajudar a compreender realidades distintas existentes hoje no Brasil. Estamos tratando de pagamento de pedágios, o que, em alguns casos onera de tal forma a vida das pessoas que pode significar um problema social grave, haja vista a existência de praças de pedágio que, nos locais onde estão instaladas, significam a divisão de comunidades que vêm sua integridade ser possível apenas com o pagamento das tarifas adotadas nas referidas praças. Há alternativas, como os pedágios comunitários, que garantem através do Poder Público a arrecadação de recursos através de pagamento de tarifas, que administradas pelo Estado, retornam em forma de obras e manutenção para as rodovias.

Tanto o assunto é polêmico, que existem hoje entidades que congregam usuários de rodovias concedidas, em vários pontos do País.

Em razão disto, solicito aos nobres pares a aprovação do presente requerimento para Audiência Pública conjunta das Comissões de Finanças e Tributação, Trabalho e Serviço Público e Viação e Transportes.

Sala da Comissão,                      maio de 2007

Deputado Pepe Vargas  
PT-RS

Deputado Tarcisio Zimmermann  
PT-RS

Deputado Carlos Zaratini  
PT-SP